



Ratificação em 01/08/2011 . JOSÉ AIRTON MONTEIRO . Diretor Geral do Campus Realengo . Valor: R\$ 2.600,00 . Contratada :AVM EDUCACIONAL LTDA. INSTITUTO A VEZ DO MESTRE . Valor: R\$ 2.600,00

(SIDECA - 01/08/2011) 158486-26433-2011NE800004

CAMPUS VOLTA REDONDA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2011

Nº Processo: 23274000091201120 . Objeto: Participação do servidor Francisco da Silva Esteves, matrícula 276453, em Congresso. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Trabalho publicado no Congresso. Declaração de Inexigibilidade em 01/08/2011 . ALEXANDRE MENDES . Diretor Geral . Ratificação em 01/08/2011 . ALEXANDRE MENDES . Diretor Geral . Valor: R\$ 680,00 . Contratada :SOCIEDADE BRASILEIRA DE METROLOGI. Valor: R\$ 680,00

(SIDECA - 01/08/2011) 158488-26433-2011NE800004

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2011

Nº Processo: 23274000094201163 . Objeto: Participação do servidor André Augusto Isnard, matrícula 1690287, em Congresso. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Apresentação de trabalho. Declaração de Inexigibilidade em 01/08/2011 . ALEXANDRE MENDES . Diretor Geral . Ratificação em 01/08/2011 . ALEXANDRE MENDES . Diretor Geral . Valor: R\$ 850,00 . Contratada :SOCIEDADE BRASILEIRA DE METROLOGI. Valor: R\$ 850,00

(SIDECA - 01/08/2011) 158488-26433-2011NE800004

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS COLORADO DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2011

ESPÉCIE: Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto nº 10/2011 que entre si celebram, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e Luiza Rosângela Kokkonen, Área Matemática, para o Campus Ariquemes. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.745/93, com as alterações inseridas pela Lei nº 9.849/99, Lei nº 11.784/08, Decreto nº 7.312/10, Decreto nº 7.485/11, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 142, de 09/06/2011, publicada no D.O.U de 10/06/11 e Orientação Normativa SRH/MPOG nº 05, de 28/10/09. OBJETIVO: Prestação de serviços de docência. VALOR: R\$ 2.569,48 (dois mil e quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos). INÍCIO: 26 de julho de 2011. DURAÇÃO: 12 (doze) meses. ASSINAM: Raimundo Vicente Jimenez, CPF/MF nº 060.158.322-15, pela Contratante e Luiza Rosângela Kokkonen, CPF/MF nº 940.092.600-68, Contratada.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

EDITAL Nº 36, 1º DE AGOSTO DE 2011
CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tendo em vista o teor da Portaria 56/MPOG, de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2011 e Decreto nº 7312/MPOG, de 22 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2011, torna pública a abertura das inscrições para o Concurso Público para o provimento de cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, com o objetivo de preencher vagas dos Campi Boa Vista e Novo Paraíso, sob o regime Jurídico Único, aprovado pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas alterações posteriores e Lei 11.091, de 12/01/2005, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2005 e demais regulamentações conforme estabelecido a seguir:

1. DAS VAGAS

1.1 São dispostas 03 (três) vagas para os Cargos da Carreira de Técnico-Administrativo, distribuídos por Campi de lotação, atendidos os requisitos mínimos, conforme o QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGA, no Anexo I deste Edital, sendo 01 (uma) vaga para cargo Técnico de Nível de Classificação D (Intermediário/Médio) e 02 (duas) vagas os para cargos Técnicos de Nível de Classificação C (Intermediário/Médio).

1.2. O salário a ser percebido pelo candidato contratado em cargo de técnico de nível de classificação D (intermediário/médio) corresponde a uma remuneração inicial bruta de R\$ 1.821,94 que corresponde ao Vencimento Básico (VB), podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.

1.3. O salário a ser percebido pelo candidato contratado em cargo de técnico de nível de classificação C (intermediário/médio) corresponde a uma remuneração inicial bruta de R\$ 1.473,58 que corresponde ao Vencimento Básico (VB), podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, no período de 02/08 a 08/08/2011, cinco dias úteis , devendo a Comissão do Concurso Público, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

2.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Comissão do Concurso o cidadão que não o fizer de acordo com o estabelecido no subitem 2.1, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação terá efeito de recurso.

2.3. A impugnação interposta deverá ser entregue no Protocolo do Campus Boa Vista/IFRR, na Avenida Glaycon de Paiva, 2.496 - Pricumã - Boa Vista-RR, CEP. 69.303-340 endereçada à Comissão do Concurso público Edital 37/2011, nos horários de 8h30min. às 11h30min e de 14h30min. às 17h30min.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o concurso público serão realizadas no período de 15/08 a 09/09/2011, exclusivamente via Internet, através do sítio <http://www.ifrr.edu.br>.

3.2. Em caso de falha ou falta de comunicação relacionada a provedores externos, o IFRR estará isento de responsabilidade.

3.3. Informações sobre o Concurso Público estarão disponíveis no sítio <http://www.ifrr.edu.br>.

3.4. Para proceder à sua inscrição no concurso, o candidato deverá:

I. Ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

II. Satisfazer todas as condições do presente Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas;

III. Preencher o formulário Requerimento de Inscrição e Termo de Aceitação criteriosamente com seus dados pessoais, profissionais e acadêmicos através do sítio <http://www.ifrr.edu.br> e efetuar recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), através de boleto bancário, a ser pago em qualquer agência bancária até a data de vencimento.

3.5. Não serão permitidas alterações de dados que compõem o formulário de requerimento de inscrição.

3.6. Somente serão aceitas inscrições cujo pagamento seja realizado até 1 (um) dia útil após o término das inscrições, 12/09/2011.

3.7. O Edital do Concurso e as instruções específicas para a área de conhecimento para a qual se inscreveu o candidato estarão disponíveis no sítio <http://www.ifrr.edu.br>.

3.8. O candidato terá direito a apenas uma única inscrição no Concurso Público referente a este Edital e deverá, necessariamente, escolher o Cargo e a unidade para o qual prestará o concurso.

3.9. O candidato que necessitar de atendimento diferenciado para realizar as provas deverá apresentar, junto ao setor de protocolo do Campus Boa Vista, nos dias 13 e 14/09/2011, no horário de 8h às 11h00 e das 14h às 17h, requerimento, constante do Anexo V deste Edital, devidamente instruído com atestado médico, descrevendo a sua necessidade e especificando o tipo de atendimento diferenciado que a instituição deverá dispensar no local das provas, para garantir sua participação no Concurso Público.

3.9.1. O requerimento deverá ser dirigido à Presidente da Comissão do Concurso Público, constando nome do candidato, número de inscrição, cargo a que concorre e endereço para correspondência.

3.9.2. O requerimento poderá ser apresentado por meio de procuração outorgada pelo candidato por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório, ou por instrumento público, dando poderes para tal fim.

3.9.3. Os requerimentos sem a devida instrução ou identificação ou interpostos através de fax, internet ou correio eletrônico serão indeferidos.

3.10. Aos candidatos com baixa visão que requisitarem nos termos do item 3.9, provas "ampliadas", será entregue cartão de resposta e prova ampliada, com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo aos candidatos sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão.

3.11. A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, não podendo ter a candidata, neste momento, a companhia do acompanhante, além de não ser dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova perdido com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

3.12. O local de realização das provas será divulgado no sítio <http://www.ifrr.edu.br>, em data prevista no Anexo VII deste Edital..

3.13. As informações prestadas no ato do preenchimento do formulário requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o IFRR do direito de excluir do processo do Concurso Público aquele que forneça dados comprovadamente inverídicos.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. O IFRR obedecendo ao que preceitua o Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, publicado no DOU de 03/10/2008, prevê a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

I. Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II. For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 (DOU, 27/06/2007), ou seja, ter renda mensal per capita familiar mensal de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

4.1.1. Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

4.2. Somente serão aceitos como documentos comprobatórios de renda familiar:

I. Cópia do documento que contém o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

II. Empregado de empresa privada: cópia do contracheque atualizado ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais) e da primeira página subsequente em branco;

III. Servidor público: cópia do contracheque atual;

IV. Desempregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotações de nenhum ou do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco.

4.3. O candidato que enquadrar-se nos critérios estabelecidos nos subitens 4.1 incisos I e II, deverá preencher o requerimento (Anexo IV) disponível no sítio <http://www.ifrr.edu.br>, nos dias 18 e 19 de agosto de 2011 e entregá-lo pessoalmente ou via postal, com aviso de recebimento (AR), no Setor de Protocolo do Campus Boa Vista, localizado na Av. Glaycon de Paiva, 2496, Bairro Pricumã, juntamente com a documentação necessária, nos horários de 8h30min. às 11h30min e de 14h30min às 17h30min Os documentos comprobatórios a serem anexados ao requerimento estão abaixo discriminados:

4.3.1 Cópia da Carteira de Identidade;

4.3.2 Cópia do CPF;

4.3.3 Cópia(s) do(s) documento(s) da renda familiar (comprovantes de renda de todos que compõem o grupo familiar do candidato).

4.4 Não haverá recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

4.5. O IFRR consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.6. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

4.7. A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de taxa de inscrição será divulgada no dia 31/08/2011, no sítio <http://www.ifrr.edu.br>.

4.8. Os candidatos beneficiados com a isenção da taxa de verção efetuar a inscrição procedendo conforme especificado no subitem, 3.4, incisos I e II.

4.9. No caso de indeferimento do pedido de isenção, o candidato que desejar participar do certame deverá proceder de acordo com o subitem 3.4.

5. DAS VAGAS DESTINADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1. Não se aplica neste Edital, a reserva de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com o disposto no Artigo 37 do Decreto nº 3.298 de 20/12/99, publicado no DOU de 21/12/99, devido ao fato de ser inferior a um (1) o número de vagas resultantes do percentual de 5 % (cinco por cento) das vagas ofertadas por cargo.

6. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

6.1. São requisitos para investidura no cargo:

I. Nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no Art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

II. Gozo dos direitos políticos

III. Estar quite com a Receita Federal, com as obrigações militares e eleitorais;

IV. Nível de escolaridade e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;

V. Idade mínima de 18 anos;

VI. Estar obrigatoriamente em situação regular no órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando exigido;

VII. Aptidão física e mental, comprovada através de avaliação médica, clínica médico-ocupacional e laboratorial realizada por equipe médica;

VIII. Atestado médico dos candidatos portadores de deficiência, declarando a deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente de CID (Classificação Internacional de Doença), e declarando ainda que esteja compatível com as atribuições do cargo, o que será comprovado através de análise de Médico Especialista, quando exigido;

IX. Possuir os pré-requisitos exigidos para o cargo, conforme discriminado neste Edital, e estar obrigatoriamente em situação regular no órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando exigido;

X. Ser considerado APTO em todos os exames médicos pré-admissionais, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados no item 12.6.3 deste edital, os quais correrão às suas expensas. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não poderá ser admitido. Esta avaliação terá caráter eliminatório.

XI. Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no Art. 137, parágrafo único da Lei 8.112/90.

XII. Anular-se-ão sumariamente as inscrições e todos os atos dela decorrentes, inclusive sua habilitação e a classificação do candidato que não comprovar, no ato da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos neste Edital.

7. DO CONCURSO

7.1. O Concurso Público será realizado em uma única fase: Prova Objetiva (eliminatória e classificatória).

7.2. O comprovante de habilitação e requisito mínimo, constante do Anexo I deste Edital, somente será exigido para o ato da posse, quando o candidato deverá apresentar o(s) diploma(s) ou Certificado(s) de Conclusão de Curso, não sendo aceitos Declaração, Boletim ou Histórico Escolar.